



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCNG

ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCNG

Ao décimo nono dia do mês de maio de 2026, presencialmente, na sala de reuniões do Edifício Sede da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) - SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, **Brasília, DF**, e por videoconferência via plataforma do Google Meet, às 9h (horário local), foi dado sequencia a **93ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Corregedoras e Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas dos Estados, do Distrito Federal e da União – CNCNG-DPE/DF/DPU**, registradas as seguintes presenças físicas: **Roberta de Paula Caminha Melo da DPE/AC, Lauro Miyasato Junior da DPE/AP, Jefferson Alves Teodósio da DPE/AP, Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto da DPE/AM, Patricia de Sá Leitão e Leão da DPE/CE, Maria José Silva Souza de Nápolis da DP/DF, Márcio Rosa Moreira da DPE/GO, Carlos Eduardo Roika Junior da DPE/MT, Salete de Fátima do Nascimento da DPE/MS, Ana Cláudia Almeida Costa Leroy da DPE/MG, Edgar Moreira Alamar da DPE/PA, Fernando Redede Rodrigues da DPE/PR, Ana Patrícia Paes Landim Salha da DPE/PI, Fatima Maria Saraiva Figueiredo da DPE/RJ, Bruno Henrique Magalhães Branco da DPE/RN, Hans Lucas Immich da DPE/RO, Lenir Rodrigues Santos da DPE/RR, Michele do Carmo Lamaison da DPE/SC, Roque Jeronimo Andrade da DPE/SP, Luciano Gomes de Mello Junior da DPE/SE, Neuton Jardim dos Santos da DPE/TO.**

A reunião foi aberta pela anfitriã Dra. Maria S. Nápolis Corregedora-Geral da DPDF, que realizou as boas-vindas aos presentes. Em seguida, a Defensora Dra. Ana Patrícia - DPE/PI prestou homenagem e realizou a apresentação da palestrante Dra. Adriana Patrícia Campos Pereira, destacando seu currículo e trajetória na Defensoria Pública mineira. A Dra. Adriana ministrou palestra sobre o tema “Comitê Técnico de Precedentes Qualificados”, abordando o sistema de precedentes e a importância da Defensoria Pública como agente essencial e participativo na construção dos precedentes judiciais. Ressaltou a necessidade de atuação preventiva e estratégica, acompanhando os precedentes desde sua origem, buscando influenciar sua formação e construir jurisprudência favorável aos assistidos. Durante a palestra, foram debatidas estratégias institucionais relacionadas à análise da conveniência recursal, à qualidade dos recursos interpostos e à atuação coordenada da Defensoria perante os tribunais superiores. O Defensor Público Dr. Bruno Henrique, do Rio Grande do Norte, questionou acerca da forma de abordagem dos assistidos e familiares quanto às perspectivas de êxito recursal, tendo sido ressaltada a importância da transparência, da exposição das probabilidades de provimento e da análise da jurisprudência consolidada. Houve espaço para comentários e debates, com participação de representantes de diversos estados, incluindo Mato Grosso, Amapá, Paraná, Tocantins, Santa Catarina e Ceará. Ao final, a Corregedora Dra. Maria S. Nápolis agradeceu a palestra e realizou a entrega de kit institucional à



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCNG

palestrante. Na sequência, a anfitriã Dra. Maria Nápolis apresentou o palestrante Dr. José Eduardo Cardozo, destacando sua trajetória e contribuição à defesa da democracia e das instituições públicas. Em homenagem ao Dia do Defensor Público, ressaltou a importância histórica da Defensoria Pública como instrumento de garantia de direitos, luta social e promoção da justiça. O Dr. José Eduardo Cardozo ministrou palestra com o tema “Crise no Estado Democrático de Direito e o Papel da Defensoria Pública”, enfatizando a Defensoria como trincheira do Estado Democrático de Direito, da liberdade e da defesa das garantias fundamentais. Ao final, recebeu homenagens dos presentes. Na sequência, a Presidente retomou os trabalhos para apresentação dos informes finais. O Defensor Dr. Edgar Moreira DPE/PA informou aos presentes acerca da necessidade de regularização registral da associação, esclarecendo que o último registro formalizado junto ao cartório ocorreu no ano de 2015, inexistindo, desde então, registros das atas, eleições e demais atos deliberativos. Foi debatida a dificuldade material de resgate integral da documentação dos últimos anos, diante da ausência de secretaria permanente e de arquivamento físico das listas de presença e documentos necessários ao registro cartorário. Em razão disso, foi apresentada proposta de constituição de nova associação, com novo registro, estatuto, CNPJ e organização administrativa própria, preservando-se, contudo, a memória histórica do CNCNG e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas gestões anteriores. Os presentes discutiram a necessidade de manutenção do acervo histórico institucional, bem como a importância da criação de estrutura administrativa apta a garantir o arquivamento regular das atas, registros e deliberações futuras. Também foi apresentada proposta de redação referente aos direitos dos associados, assegurando participação nas assembleias e reuniões com direito à voz e voto, vedado o voto por procuração. Por fim, o Defensor Bruno Henrique, do Rio Grande do Norte, trouxe relato acerca de discussão instaurada, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais daquele estado, relacionada à exigência de presença obrigatória da Defensoria Pública e da advocacia em audiências preliminares, diante de manifestação oriunda do Conselho Federal da OAB, tema que será colocado em pauta na próxima reunião. A Presidente, Dra. Salete de Fátima, deu por encerrada a 93ª reunião do CNCNG, às 12h20min (horário local), agradecendo a presença de todas e todos e ressaltando a importância do intercâmbio institucional promovido pelo Conselho Nacional de Corregedoras e Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas dos Estados, do Distrito Federal e da União.

SALETE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO

Presidente do CNCNG